

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.027 - SP (2019/0241745-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE** : **ALEX SANDER SALES PINHEIRO (PRESO)**  
**RECORRENTE** : **WILLIAM RIBEIRO DA SILVA RAPANELLI (PRESO)**  
**ADVOGADOS** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ISABELLA BENITEZ GALVES - DEFENSORA PÚBLICA -**  
**SP330270**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ALEX SANDER SALES PINHEIRO e WILLIAM RIBEIRO DA SILVA RAPANELLI, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A controvérsia tratada nos autos foi devidamente relatada no parecer ministerial às e-STJ fls. 355/356:

Cuida-se de recurso especial, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que **condenou os recorridos à pena de 03 anos 01 mês e 10 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito tipificado no art. 155, § 4º, I e IV, do Código Penal.**

Suscita, em relação ao primeiro recorrente, afronta aos arts. 157, § 1º, do Código de Processo Penal, 8º, § 2º, g”, do Pacto de São José da Costa Rica, e 5º, LXIII, da Constituição da República. Nega a autoria delitiva. Consigna que não houve testemunha presencial dos fatos, e que a condenação lastreou-se em confissão informal efetuada perante os policiais responsáveis pelo flagrante, prova esta ilícita.

Com relação ao segundo recorrente, alega ofensa aos arts. 51, I, 65, III, 63, 64 e 67, do Código Penal. Postula a compensação da atenuante da confissão com a agravante da reincidência. (Grifei)

Contrarrazões às e-STJ fls. 335/341.

Ao final do parecer, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo parcial provimento do recurso nos termos desta ementa (e-STJ fl. 355):

RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. NEGATIVA DA AUTORIA. OS DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS RESPONSÁVEIS PELO FLAGRANTE SÃO MEIO IDÔNEO PARA JUSTIFICAR A CONDENAÇÃO, QUANDO EM HARMONIA COM AS DEMAIS PROVAS DOS AUTOS E

# *Superior Tribunal de Justiça*

COLHIDOS SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO. VEDAÇÃO DO REEXAME DO QUADRO PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 07, DO STJ. DOSIMETRIA. COMPENSAÇÃO DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA COM A ATENUANTE DA CONFISSÃO, AINDA QUE PARCIAL OU QUALIFICADA. POSSIBILIDADE. PARECER PELO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

A Corte estadual condenou o recorrente ALEX SANDER SALES PINHEIRO pelo delito de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo e pelo concurso de pessoas com apoio nestas razões (e-STJ fls. 300/301):

A autoria é igualmente certa.

Com efeito. Silente no auto de prisão em flagrante (fl. 09), o apelado **Alex negou, em Juízo, a prática do furto, sustentando que o dinheiro que foi encontrado com ele era da aposentadoria da sua esposa; relatou que encontrou William na rua com uma garrafa de whisky**, sendo que não o conhecia; esclareceu que estava evadido da colônia, sendo que fazia reciclagem para sobreviver (áudio e vídeo de fl. 235 - SAJ).

**Mas a sua negativa acha-se isolada e não encontra supedâneo na prova dos autos.**

De fato, 'Os policiais que atenderam a ocorrência, ao prestarem declarações em juízo, relataram que, na data dos fatos, estavam em patrulhamento de rotina, quando foram acionados por populares que lhes disseram haver um veículo batido e abandonado em via pública, sendo que dois indivíduos teriam se evadido do local após a colisão. Diante das características dos indivíduos informados pelos populares, passaram a diligenciar pelas ruas próximas, até que avistaram dois indivíduos semelhantes e resolveram realizar a abordagem. Os indivíduos foram identificados como sendo Alex Sander Sales Pinheiro e William Ribeiro da Silva Rapanelli. Em revista pessoal, nada de ilícito foi encontrado, porém, no bolso da bermuda de William foi localizada a chave do veículo Ford/Ka. Também com William foram encontradas duas garrafas de uísque. **Na posse de Alex Sander foram encontrados R\$ 552,00 (quinhentos e cinquenta e dois reais) em dinheiro, um aparelho celular, uma aliança e uma pulseira.** Questionados a respeito procedência dos bens e do veículo colidido, nada souberam esclarecer.

Com base em tais informações, levantaram os dados do proprietário do veículo e de seu endereço residencial e, com apoio de outra viatura, constaram que aquela residência se encontrava sem moradores, porém o portão de entrada arrombado e toda revirada por dentro. Questionados novamente, **os réus confessaram que praticaram o furto naquela residência, tendo subtraído o veículo**

**e outros bens móveis. Informaram, inclusive, que já haviam vendido alguns destes bens na comunidade próxima.** Em nova diligência, **localizaram um dos indivíduos que adquirira a televisão subtraída da residência da vítima, tendo ele dito que pagou a quantia de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).**

A testemunha de acusação Waldiney de Oliveira Santoro, policial militar, ao ser ouvido em juízo, disse que estava em patrulhamento quando foram avisados por uma senhora que o carro que estava batido havia sido abandonado. Ela também mencionou que uma das pessoas que o abandonou estava com uma garrafa de whisky na mão. Pesquisaram sobre o veículo e não havia queixa de roubo ou furto. Passaram a patrulhar na região e, em dado momento, encontraram os dois acusados, cujas características correspondiam àquelas dadas pela mulher. Dentro do bolso de Willian, foram encontradas as chaves dos carros. Não sabiam dizer a procedência do automóvel. Com a chave abriram o carro. Fizeram diligência na Rua Joaquim Nabuco e localizaram a casa arrombada. Eles confessaram a prática do furto. Através do facebook conseguiram entrar em contato com a filha da vítima. Eles de pronto falaram que haviam vendido a televisão. A testemunha de acusação André Salgueiro dos Santos, policial militar, ao ser ouvido perante a autoridade judiciária, relatou que, na data dos fatos, estava em patrulhamento quando uma senhora disse que havia um veículo batido na via pública. Ela disse que o rapaz do carro estava com uma garrafa na mão. Em patrulhamento no local, encontraram os suspeitos, segundo as características passadas pela informante. Quando se aproximaram, um saiu e o outro ficou. Quem ficou foi William, com o qual foram encontradas as chaves do veículo. **Com o acusado Alex, estava o dinheiro.** Willian confessou, admitindo que havia entrado na casa”, bem discorre a ilustrada Procuradoria Geral de Justiça, em lúcido parecer (fl. 285).

E não há razão alguma para desmerecer o depoimento dos policiais militares, pois, como agentes estatais, gozam da presunção de legitimidade. Dessa forma, até prova cabal em contrário, no caso, não produzida, deve-se ter por certo que falaram a verdade, quando ouvidos em Juízo. Nesse sentido aponta a jurisprudência (RJDTACRIM 18/90; STF RTJ 68/64, etc.).

Logo, tem-se que a condenação do recorrido Alex, frente à prova coligida aos autos, também era e como é de rigor. (Grifei)

Nas razões do recurso especial, a defesa pugna pela superação do óbice da Súmula n. 7/STJ e alega ausência de comprovação consistente da autoria do crime pelo recorrente ALEX SANDER SALES PINHEIRO, ressaltando que *"os testemunhos dos policiais Waldiney de Oliveira Santoro e André Salgueiro dos Santos devem ser tidos como prova ilícita por derivação, nos termos do artigo 157, § 1º, do CPP, visto que estão amparados na chamada 'confissão informal', consistindo tal expediente, todavia, em meio de obtenção de prova absolutamente censurável, já que, por intermédio dele,*

# Superior Tribunal de Justiça

*extraem-se informações contrárias aos interesses daqueles que estão sendo acusados, sem que sejam, antes, advertidos do direito ao silêncio, garantido pela Constituição Federal (artigo 5º, LXIII, da CF/88)" (e-STJ fls. 324/325).*

Contudo, o óbice da Súmula n. 7/STJ impede de modo absoluto o conhecimento do recurso especial do recorrente ALEX SANDER SALES PINHEIRO, pois o restabelecimento da decisão de absolvição demandaria, sem sombra de dúvida, a necessidade de novo esmerilamento de fatos e provas, providência terminantemente vedada pelo referido empecilho.

No mais, com razão a defesa.

O Tribunal local, não obstante ter confirmado a confissão espontânea do recorrente WILLIAM RIBEIRO DA SILVA RAPANELLI como elemento probatório da autoria do delito, decotou a compensação integral dela com a reincidência (e-STJ fls. 234 e 302).

Ao decidir nesses termos, a Corte local afrontou a jurisprudência deste Tribunal Superior, sedimentada no enunciado da Súmula n. 545 – "*Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal*" –, pois a confissão espontânea, ainda que parcial, deve implicar redução da pena sempre que tiver sido declinada para o fim de corroborar a autoria do crime.

A propósito:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO MAJORADO TENTADO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 65, III, D, E 67, AMBOS DO CP. DOSIMETRIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA E PARCIAL. UTILIZAÇÃO COMO SUPORTE DA CONDENAÇÃO. ATENUAÇÃO OBRIGATÓRIA. OMISSÃO. VERIFICAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.**

*1. Tanto na sentença condenatória, como no combatido aresto, foi reconhecida a confissão parcial do embargado. O não reconhecimento da atenuante da confissão espontânea revela-se em dissonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

*2. Nos casos em que a confissão do acusado servir como um dos fundamentos para a condenação, deve ser aplicada a atenuante em questão, pouco importando se a confissão foi espontânea ou não, se foi total ou parcial, ou mesmo se foi realizada só na fase policial, com posterior retratação em juízo.*

3. *A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a confissão, ainda que parcial, ou mesmo qualificada - em que o agente admite a autoria dos fatos, alegando, porém, ter agido sob o pálio de excludentes de ilicitude ou de culpabilidade -, deve ser reconhecida e considerada para fins de atenuar a pena. Precedentes. HC n. 350.956/SC, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 15/8/2016).*

4. *Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1710957/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 06/06/2018, grifei)*

*PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO (ART. 157, § 1º, e § 2º, I DO CP). DOSIMETRIA. PENA-BASE. MAUS ANTECEDENTES. REINCIDÊNCIA. PACIENTE MULTIRREINCIDENTE. BIS IN IDEM. NÃO OCORRÊNCIA. PLEITO DE APLICAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RÉU QUE ADMITIU A SUBTRAÇÃO, MAS NÃO A GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA. CONFISSÃO PARCIAL CONFIGURADA. CRIME COMPLEXO. SUBTRAÇÃO (FURTO) ASSOCIADA A OUTRA FIGURA TÍPICA (CONSTRANGIMENTO, AMEAÇA OU VIOLÊNCIA). COMPENSAÇÃO INTEGRAL DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA COM A REINCIDÊNCIA. PACIENTE MULTIRREINCIDENTE ESPECÍFICO. COMPENSAÇÃO PARCIAL. POSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA EM PARTE.*

[...]

2. *A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido da incidência da atenuante da confissão espontânea, prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal, sendo irrelevante o fato de a confissão ter sido espontânea ou não, total ou parcial - em que o réu admite parte dos fatos a ele imputados - deve ser considerada para atenuar a pena, ou mesmo que tenha havido retratação, bastando que tenha servido para embasar a condenação. Precedentes.*

3. *Embora a simples subtração configure crime diverso - furto -, também constitui uma das elementares do delito de roubo - crime complexo, consubstanciado na prática de furto, associado à prática de constrangimento, ameaça ou violência, daí a configuração de hipótese de confissão parcial.*

[...]

6. *Ordem parcialmente concedida para reduzir a reprimenda do paciente a 8 anos e 4 meses de reclusão e 20 dias-multa. (HC 396.503/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017, grifei)*

Dessa forma, passo à nova individualização das penas impostas ao recorrente WILLIAM RIBEIRO DA SILVA RAPANELLI.

A pena-base fica mantida em 2 anos e 8 meses de reclusão e 13

# *Superior Tribunal de Justiça*

dias-multa (e-STJ fl. 302).

Na segunda fase, as sanções ficam mantidas nesse mesmo patamar em razão da compensação integral da agravante da reincidência (e-STJ fls. 233 e 302) com a atenuante da confissão espontânea reconhecida por esta Corte.

Na terceira fase, ficam estabilizadas em **2 anos e 8 meses de reclusão e 13 dias-multa** por ausência de causas de aumento ou de diminuição (e-STJ fls. 234), devendo ser mantido, no mais, o acórdão recorrido.

Ante o exposto, **conheço em parte do especial e, nessa extensão, dou-lhe provimento** nos termos acima delineados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator